

HABEAS CORPUS Nº 521.023 - SC (2019/0203894-1)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ANA PAULA BERLATTO FÃO FISCHER - RS079176
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : JOAO LUIZ DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

EMENTA

HABEAS CORPUS. PENAL. ROUBO E FALSA IDENTIDADE. DOSIMETRIA. PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. QUANTUM DE AUMENTO. DISCRICIONARIEDADE VINCULADA DO MAGISTRADO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de JOÃO LUIZ DA SILVA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina proferido na Apelação Criminal n.º 0003071-16.2018.8.24.0008.

Consta dos autos que o Paciente foi condenado à pena de 7 (sete) anos de reclusão, em regime inicial fechado, além do pagamento de 50 (cinquenta) dias-multa, e à reprimenda de 5 (cinco) meses de detenção, em regime inicial semiaberto, pela prática dos crimes dos arts. 157 e 307, ambos do Código Penal.

Contra a sentença, a Defesa interpôs apelação, que foi parcialmente provida para reduzir a pena referente ao crime de roubo para 7 (sete) anos de reclusão e pagamento de 17 (dezessete) dias-multa; a reprimenda do delito de falsa identidade foi diminuída para 4 (quatro) meses de detenção (fls. 193-209).

Neste *writ*, a Defesa argumenta que o aumento operado na primeira fase da dosimetria da pena dos crimes de roubo e falsa identidade foi desproporcional. Assevera que "*ao invés de seguir a orientação jurisprudencial e conferir 1/6 da pena mínima abstratamente cominada ao delito para a circunstância desvalorada, o Juízo a quo exasperou a pena acima sem qualquer justificativa*" (fl. 10).

Requer, liminarmente, a suspensão dos "*efeitos da condenação em relação ao excesso de pena ora impugnado*" (fl. 11). No mérito, pleiteia a concessão da

ordem "para fixar nova pena-base ao Paciente, atribuindo-se às circunstâncias negativas o quantum de 1/6 da pena mínima, devendo a base de cálculo ser a pena mínima abstratamente cominada ao delito, alterando-se o regime inicial de cumprimento da pena para o semiaberto, de acordo com art. 33, §2º, 'b', e § 3º, do CP" (fls. 11-12).

O pedido liminar foi indeferido à fl. 216.

As informações foram prestadas às fls. 218-286.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do writ e, caso conhecido, pela denegação da ordem (fls. 292-297).

É o relatório.

Decido.

O acórdão atacado está assim fundamentado (fls. 204-206; sem grifos no original):

"O Juízo a quo fundamentou a fixação da pena-base do crime de roubo em patamar superior ao mínimo porque o réu, 'além de ser reincidente (o que será considerado na segunda fase da dosimetria), registra uma outra condenação, o que deve ser computado como antecedente desfavorável' (fl. 94). Também negativas as circunstâncias do crime sob o argumento de que 'o acusado se utilizou de um martelo, objeto que fez o papel de arma para a prática do delito e que certamente facilitou a sua prática, pois mais intimidador do que uma ameaça desprovida de qualquer objeto ofensivo' (fl. 95).

Quanto ao delito de falsa identidade, remanesceu corretamente desfavorável apenas a diretriz referente aos antecedentes criminais (fl. 97).

Com base nessa motivação, a pena-base do crime de roubo resultou em 6 (seis) anos de reclusão e pagamento de 20 (vinte) dias-multa e do delito de falsa identidade em 4 (quatro) meses de detenção.

As justificativas apresentadas pelo MM. Juiz são perfeitamente idôneas e não foram questionadas pela defesa.

Também não há reparos a serem feitos no quantum de exasperação das penas-base corporais, pois, como se sabe, a fração a ser adotada insere-se no poder discricionário do Magistrado e, por isso, somente deve ser corrigido em excepcionalíssimas hipóteses, quando evidenciada arbitrariedade ou desproporcionalidade aberrante, o que não aconteceu na hipótese sub examine.

[...]

Ademais, colhe-se da certidão criminal acostada às fls. 26 e 28 que o réu ostenta mais duas condenações imutáveis referentes a um roubo circunstanciado (ação penal n. 0005373-86.2016.8.24.0008) e um

Superior Tribunal de Justiça

furto qualificado (ação penal n. 0023525-08.2004.8.24.0008) que não foram observadas pelo Magistrado a quo, mas que reforçam a maior reprovabilidade da conduta.

Desse modo, permanece o aumento procedido pelo sentenciante no tocante às penas privativas de liberdade."

Como é sabido, o *quantum* de aumento a ser implementado em decorrência do reconhecimento das circunstâncias judiciais desfavoráveis fica adstrito à prudente discricionariedade do Juiz, não havendo como proceder ao seu redimensionamento na via estreita do *habeas corpus*. Assim, ressalvados os casos de manifesta ilegalidade ou arbitrariedade, é inadmissível a revisão dos critérios adotados na dosimetria da pena por esta Corte Superior.

Na hipótese, o aumento efetivado na primeira fase da dosimetria dos crimes de roubo e falsa identidade – 2 (dois) anos acima do mínimo legal para o primeiro, em razão de duas circunstâncias desfavoráveis, e acréscimo de 1 (um) mês para o segundo, tendo em vista a negatização de uma circunstância judicial – revela-se proporcional e fundamentado, considerando-se a motivação apresentada e a pena abstratamente cominada para os crimes: 4 (quatro) a 10 (dez) anos de reclusão e 3 (três) meses a 1 (um) ano de detenção, respectivamente.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. JÚRI. AUSÊNCIA DE QUESITO. MATÉRIA NÃO APRECIADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. SÚMULA N. 282 DO STF. DEFESA PRECÁRIA E FALTA DE ENTREVISTA PRÉVIA COM O DEFENSOR. NULIDADES SUSCITADAS. NÃO OCORRÊNCIA. PREJUÍZOS NÃO DEMONSTRADOS. QUALIFICADORAS. JULGAMENTO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. PRINCÍPIO DA SOBERANIA DO VEREDITO POPULAR. EXISTÊNCIA DE SUPORTE PROBATÓRIO A EMBASAR O ÉDITO REPRESSIVO. EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE. CIRCUNSTÂNCIAS E CONSEQUÊNCIAS DO DELITO. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

[...]

A jurisprudência deste Tribunal Superior é firme em garantir a discricionariedade do julgador, sem a fixação de critério aritmético, na escolha da sanção a ser estabelecida na primeira etapa da dosimetria da pena. Assim, o magistrado, dentro do seu livre convencimento motivado e de acordo com as peculiaridades do caso concreto, decidirá o quantum de exasperação da pena-base, em observância aos princípios da

razoabilidade e da proporcionalidade. Hipótese em que foram utilizados elementos concretos e idôneos para justificar a desvalorização das vetoriais e a elevação da sanção.

Agravo regimental não provido." (AgRg no AREsp 951.953/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 17/12/2019, DJe 19/12/2019; sem grifos no original.)

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. ROUBO, FORMAÇÃO DE QUADRILHA E CORRUPÇÃO DE MENORES. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. PACIENTE VINICIUS. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA SUPERVENIENTE. DELITOS DE FORMAÇÃO DE QUADRILHA E CORRUPÇÃO DE MENORES. ARTS. 107, INCISO IV, 109, INCISO V, 110, § 1.º E 115 DO CÓDIGO PENAL. ROUBO. PENA-BASE FIXADA ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. POSSIBILIDADE. CIRCUNSTÂNCIAS. EMPREGO DE VIOLÊNCIA QUE EXTRAVASA O TIPO PENAL. MODUS OPERANDI. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. TERCEIRA FASE DA DOSIMETRIA. APLICAÇÃO DE FRAÇÃO SUPERIOR A 1/3 PELAS MAJORANTES. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. ENUNCIADO N. 443/STJ. NÃO APLICAÇÃO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO.

[...]

- Cabe ressaltar que o julgador possui discricionariedade vinculada para fixar a pena-base, devendo observar o critério trifásico (art. 68 do Código Penal), e as circunstâncias delimitadoras do art. 59 do Código Penal, em decisão concretamente motivada e atrelada às particularidades fáticas do caso concreto e subjetiva dos agentes. Assim, a revisão desse processo de dosimetria da pena somente pode ser feita, por esta Corte, mormente no âmbito do habeas corpus, em situações excepcionais.

- No caso, não há óbice ao reconhecimento da maior reprovabilidade da conduta dos pacientes, a ensejar a exasperação da pena-base dos roubos em 1/2 sobre o mínimo legal, com fulcro no desfavorecimento das circunstâncias do crime.

[...]

- Habeas corpus não conhecido. Concedo a ordem, de ofício, para reduzir a pena definitiva do paciente VINICIUS ao novo patamar de 06 anos e 03 meses de reclusão, em regime inicialmente fechado, e 15 dias-multa, mantidos os demais termos da condenação." (HC 379.112/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 16/08/2018, DJe 24/08/2018; sem grifos no original.)

Ante o exposto, DENEGO a ordem de *habeas corpus*.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de março de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora